

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**DESEMPREGO DE TRABALHADORES QUALIFICADOS:
IMPLICAÇÕES E APRENDIZAGENS**

DULCE HELENA CABRAL HATZENBERGER

Porto Alegre, dezembro de 2000.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

T
370 193
#387 da (BC)

**DESEMPREGO DE TRABALHADORES QUALIFICADOS:
IMPLICAÇÕES E APRENDIZAGENS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da PUCRS, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Educação.

Dulce Helena Cabral Hatzenberger

Orientadora: Dra. Maria Helena Menna Barreto Abrahão

Co-Orientadora: Dra. Nara Maria Guazelli Bernardes

PUCRS/BCE

0.536.463-3

Porto Alegre, dezembro de 2000.

**PRESERVE SUA FONTE
DE CONHECIMENTO**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H367d Hatzenberger, Dulce Helena Cabral
Desemprego de trabalhadores qualificados :
implicações e aprendizagens. / Dulce Helena
Cabral
Hatzenberger. — Porto Alegre, 2000.
142f.
Tese (Doutorado) - Fac. de Educação, PUCRS
1.Desemprego - Aspectos Sociais 2.Educação
e Trabalho 3.Formação Profissional 4.Qualificação
Profissional e Desemprego 5.Sociologia
Educacional
6. Psicologia do Trabalho I.Título.
CDD 370.193
158.1

Bibliotecária Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que sempre esteve comigo, num trabalho essencialmente solitário como a construção de uma Tese de Doutorado.

Aos meus pais, Mario Douglas e Laira, por terem me dado todas as condições para que eu pudesse crescer, amadurecer e buscar, constantemente, o conhecimento.

Ao meu filho, Michel, que, com sua forma especial de tolerância e apoio, é meu grande companheiro.

À Maria Helena, pelo envolvimento afetivo com o que faz e pelo incentivo para seguir adiante nos momentos mais difíceis da trajetória no Doutorado.

Aos meus entrevistados pela extrema disponibilidade e generosidade em viabilizar este estudo.

A todos os familiares e amigos que se solidarizaram comigo, torcendo para eu conseguisse concluir este trabalho, além de manter todos os meus outros trabalhos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	9
1 INTRODUZINDO E JUSTIFICANDO A TEMÁTICA E A BASE TEÓRICO- METODOLÓGICA.....	11
2 ANALISANDO O MATERIAL EMPÍRICO: CATEGORIAS CONSTITUTIVAS DO SUJEITO.....	56
2.1 <i>Trabalho e Formação Profissional - RICK</i>	56
2.2 <i>Desemprego e Perspectivas - RICK</i>	65
2.3 <i>Aspectos de Ordem Pessoal e Familiar - RICK</i>	72
2.4 <i>Trabalho e Formação Profissional - ATENA</i>	75
2.5 <i>Desemprego e Perspectivas - ATENA</i>	80
2.6 <i>Aspectos de Ordem Pessoal e Familiar - ATENA</i>	84
3 DISCUTINDO TRABALHO E DESEMPREGO: UM MOVIMENTO DIALÉTICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....	87
4 SINTETIZANDO: (DES)ARTICULAÇÕES NO TRABALHO E DESEMPREGO - MEDIAÇÕES E PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVOS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132

RESUMO

Esta pesquisa teve como principal objetivo conhecer as implicações do desemprego para o sujeito demitido, a fim de elucidar as articulações entre o modo de ver a situação em questão e a relação anteriormente estabelecida com o trabalho, considerando as especificidades pessoais.

Trata-se de um estudo descritivo-analítico, de cunho qualitativo, realizado a partir de entrevistas narrativas efetivadas com dois sujeitos – trabalhadores com qualificação profissional - que passaram pela experiência de perda do emprego. Os dados foram analisados e interpretados através da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), compondo três categorias abrangentes – trabalho e formação profissional; desemprego e perspectivas; aspectos de ordem pessoal e familiar.

Partindo das relações entre educação e trabalho, a investigação tratou do desemprego e suas repercussões em todas as esferas da vida: familiar, econômica, social e no auto-conceito. Tais implicações e perspectivas reveladas pelos sujeitos, permitiram, também, articular educação e desemprego. Para tanto, o termo *educação* foi tomado em sentido amplo, como processo de intermediação humana através do qual o sujeito se constrói num contexto sócio-histórico, não se confundindo, portanto, com escolarização.

A sociedade atual evidencia profunda transformação no *mundo do trabalho* que, além de acarretar aumento do desemprego estrutural, conduz a mudanças nos próprios trabalhadores, na forma de relacionarem-se com seu trabalho e com a situação de privação de emprego. A presente investigação pretendeu avançar no conhecimento de tais modificações, apresentando as principais teses resultantes da análise em uma síntese final.

ABSTRACT

This research had as main objective to know the implications of the unemployment for dismissed people, in order to elucidate the articulations between the way people understand the situation and the relationship previously established with their work, considering personal specificities.

This is a descriptive-analytic study, of qualitative stamp, accomplished starting from narrative interviews executed with two subjects - workers with professional qualification - who lived the experience of loss of own employment. The data were analyzed and interpreted through Content Analysis, as proposed by Bardin (1977), composing three including categories - work and professional education; dismiss and perspectives; aspects of personal and family order.

Starting from the relationships between education and work, the investigation treated about the unemployment and its repercussions in all spheres of life: family, economical, social and in the self-concept. Such implications and perspectives

revealed by the two persons in this research allowed, also, to articulate education and unemployment. For so much, the term education was taken in wide sense, as an intervening process through which the subject is built in a social-historic context, not to be confused, therefore, with a scholastic process.

Nowadays, the society evidences a deep transformation in the labour world, which besides increasing the structural unemployment, leads to changes in the own workers, in the form they relate with their work and with the situation of employment privation. The present investigation intended to move forward in the knowledge of such modifications, presenting the main resulting theses resulting of the analysis in a final synthesis.

1 INTRODUZINDO E JUSTIFICANDO A TEMÁTICA E A BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este é um estudo sobre o Desemprego de Trabalhadores Qualificados, que enfoca duas narrativas de pessoas que passaram pela experiência de demissão involuntária. A temática, embora não seja recente, é atual, especialmente em razão do montante de desempregados em nossa sociedade, relacionado às profundas transformações ocorridas no *mundo do trabalho*. Neste momento histórico, algumas *verdades*, até então aceitas, passam a constituir-se *mitos* que serão melhor abordados ao longo deste estudo. Inicialmente, gostaria de destacar o mito de que a qualificação profissional asseguraria considerável chance de obtenção e manutenção do emprego e de que este, em si, continuaria existindo da mesma forma como historicamente aconteceu. Nesse ponto, reside a especificidade desta pesquisa, visto que não encontrei outros estudos acadêmicos na área da educação, dentro desse foco, até onde me foi possível averiguar.

Tive acesso a bases de dados que, embora não esgotem a investigação, permitem fazer algumas afirmações relativas ao *estado da arte* desta questão. O Banco de Teses da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPED referente aos anos de 1997, 1998 e 1999, apresenta, nos estudos sobre desemprego, a Dissertação de Mestrado de Hatzenberger (1995) como único trabalho. Essa dissertação é um estudo que visa elucidar o significado e as relações educativo-deseducativas do desemprego, a partir de histórias concretas de seis desempregados, possuidores de qualificação profissional. Nessa pesquisa foram evidenciadas repercussões em todas as esferas da vida: familiar, econômica, social e no auto-conceito. As percepções e as ações dos sujeitos, no período de desemprego são o produto de sua particular visão do trabalho. As perspectivas do sujeito revelam sua subjetividade e identidade, constituídas, **também**, a partir do seu trabalho e agora se constroem a partir do desemprego, como processo dinâmico. Sobre Educação e Trabalho há 371 ítems registrados, mas nenhuma Dissertação ou Tese que enfoque a temática específica do trabalhador qualificado.

Consultando as bases de dados da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, também não encontrei registros em periódicos da área da educação relativos à pesquisas acadêmicas que focalizem o desemprego de trabalhadores qualificados. Através da base de dados da Universidade de São Paulo - USP, foram encontradas referências a duas pesquisas da área de Psicologia Social (Freitas, 1997 e Neves et al, 1998) que abordam o desemprego em uma categoria profissional específica – metalúrgicos – que possui formação técnica do ensino médio. Além desses, destaco

o trabalho de Balsalobre (1990) que trata da identidade a partir das formas de sociabilidade desenvolvidas por um grupo do Movimento de Solidariedade no Desemprego, o qual, embora não coincida com a temática por mim eleita, é uma contribuição relevante para quem trata do problema, visto que analisa a dinâmica psicossocial da identidade considerando a participação do indivíduo em um grupo da Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego (APSD).

Meu interesse pelas questões relativas ao desemprego vincula-se à atividade de psicóloga da área de trabalho, que exerço desde 1982. O desempenho de atividades relativas ao pensar sobre a organização do trabalho e as condições em que ele se efetiva, propiciam contato direto com as questões aqui tratadas. Embora a prática do psicólogo do trabalho tenha surgido como subsídio para adaptar o trabalhador ao trabalho alienado, hoje o papel desse profissional tem sido redefinido. Nesse processo de aprimoramento, o conhecimento acerca das novas formas de trabalhar e de viver no desemprego, podem subsidiar intervenções do psicólogo na empresa e outras instituições, como sindicatos e associações profissionais, que auxiliem o trabalhador a enfrentar essas circunstâncias.

A história da psicologia do trabalho, como destaca Codo (1984), constitui-se de práticas que subvertem o que deveria ser seu objeto de trabalho – a luta por transformar a estrutura produtiva a fim de satisfazer as necessidades do homem. O autor constatou que as críticas à atuação do psicólogo nas empresas era diretamente proporcional ao aumento da importância da indústria na sociedade contemporânea. Salientou que professores e alunos da área referem-se a essa especialidade como

uma “*espécie de irmã menor da Psicologia, um misto de asco e comiseração comum à mãe (prendada) que se refere à filha que se prostituiu*” (op. cit., p.195).
Todavia, se, da época em que esse texto foi escrito para cá, um longo caminho foi percorrido, a missão do profissional em Psicologia, na essência, não mudou. Ainda é de se esperar que busque contribuir para a promoção da saúde, facilitando o alcance das expectativas dos sujeitos em todas as esferas da vida. Por estar consciente de sua identidade de trabalhador como os demais, deveria estar em seu *posto de trabalho* refletindo para tentar subverter suas funções até então, a serviço da dominação e impedindo que as classes dominantes se apropriem do conhecimento científico, utilizando-o em benefício próprio.

Minha preocupação vincula-se à educação tomada em sentido amplo, visto que, junto com o trabalho, é um processo de construção da identidade pessoal e de grupo, visando a humanização do sujeito (Abrahão, 1989). Esse sentido de formação do sujeito na sociedade, durante seu desenvolvimento pessoal, já existia na *Padéia grega* e é a ele que me refiro. Defendi a possibilidade de estender o princípio educativo do trabalho encontrado em Gramsci (1978) para entender o desemprego, devido às análogas possibilidades de elaboração de conhecimento que esta situação abarca. Assim, educação, trabalho e minha prática profissional são categorias indissociáveis, pois a busca de saberes em uma existe para subsidiar as demais.

Além do anteriormente exposto, a relevância deste estudo para a área da educação deriva do foco em questão: o desemprego como fenômeno que atinge

sujeitos preparados, formalmente, para o trabalho. Há alguns anos, Offe (1989) e Antunes (1995) defendem a tese de que a perda da centralidade do trabalho permeia a formação profissional. O questionamento que se impõe refere-se ao significado do preparo para o trabalho, já que a formação tradicional não se apresenta suficientemente capaz de permitir ao trabalhador a conquista e manutenção do emprego.

Há diversos autores contemporâneos pensando e escrevendo acerca do trabalho e do desemprego, em diferentes enfoques da ciência, como Pastore (1992 e 1998), Codo (1984, 1986, 1993 e 1995), Antunes (1995), Aued et al (1999), Singer (1998), Teixeira, Oliveira (1998), Arruda Júnior, Ramos (1998), Araújo, (1998), Gentili (1998), Franco (1998), Davel, Vasconcellos (1996), Rocha et al (1994) e Oliveira, Mattoso (1996). Todas as produções desses autores são subsídios indispensáveis a este estudo, justamente por lançarem olhares complementares às áreas da educação e da psicologia.

O objetivo principal desta pesquisa é conhecer as implicações do desemprego para o sujeito que é demitido, a partir da análise por ele feita, a fim de elucidar as articulações entre o modo de ver a situação em questão e a relação anteriormente estabelecida com o trabalho, considerando as especificidades pessoais.

A primeira questão de pesquisa que se impôs foi: **Quais as implicações da perda do emprego para trabalhadores qualificados?**

Com essa indagação inicial almejei elucidar as implicações do fato, a partir dos relatos de dois sujeitos, em diferentes âmbitos da vida. Para abranger o universo das percepções individuais, a questão central de pesquisa foi complementada por outros questionamentos:

- **De que modo o desemprego foi vivenciado pelo sujeito?**
- **De que forma a maneira de enfrentar esse fato pode estar relacionada com outras experiências enquanto sujeito e enquanto trabalhador?**
- **Que aprendizagens e mudanças se efetuam a partir da experiência de perda do emprego?**
- **Há diferenças significativas nas formas de enfrentamento da situação quando o sujeito depende exclusivamente de seu emprego para a subsistência? E quando isto não ocorre?**
- **Há projetos desse trabalhador desempregado para superar a situação?**

Ao abordar questões relativas à experiência de perda do emprego, é necessário partir da conceituação de trabalho, a fim de melhor compreender o binômio emprego/desemprego.

Trabalho é um termo que contém múltiplos significados na linguagem cotidiana. Albornoz (1986) destaca relevantes aspectos da palavra: associa-se a dor, tortura e fadiga, ao mesmo tempo que significa a ação humana de transformar matéria-prima em objeto de cultura. A origem, no latim *Tripalium* refere-se a um

instrumento da antiguidade, constituído por três paus aguçados, utilizado para bater cereais, que também foi usado como instrumento de tortura. Deste último uso, incorporou a acepção de padecimento.

Ainda que a noção de trabalho tenha nascido com a ação humana de intervir na natureza, a fim de sobreviver, ao longo da história ele se estabeleceu de modo diverso. Ao final do século XIX, a leitura marxista do trabalho destaca-se como um ensaio pioneiro a respeito de sua vital importância para a emancipação do homem.

Marx, Engels (s.d.) compreendem o trabalho como expressão humana, através do qual o homem aprende, compreende e transforma suas circunstâncias naturais e sociais, ao mesmo tempo em que é por elas transformado. O trabalho ocupa lugar central no plano das relações sociais. E, na perspectiva de ação-reflexão exclusivamente humana, engendra consciência, intencionalidade e planejamento. O trabalho animal, portanto, difere do trabalho humano, em sua essência, porque só o homem tem capacidade de antever sua obra e executá-la de acordo com um planejamento. Só o homem é capaz de fazer correções, ao longo do processo de trabalho, que lhe permitam alcançar seu objetivo (Abrahão, 1989).

De acordo com a visão antropológica do pensamento marxista, o trabalho é fator de mediação entre homem e natureza, categoria central que constitui a essência do ser humano.

O trabalho, no presente estudo, assume um sentido antropológico, como fator mediador e inerente à natureza humana. Apresenta-se como ato potencialmente

intencional, criativo e humanizante, através do qual o homem modifica o meio e é por ele modificado. Também é visto como atividade capaz de propiciar o alcance das aspirações humanas, a interação com outros homens, de modo que, mediado por seus atos, o homem seja autor de si mesmo: de sua consciência e de seu conhecimento para o desempenho da *praxis* social.

De igual modo, ao produzir sua subsistência na interação com a natureza, o homem produz conhecimento constantemente aprimorado e acumulado. A operação de transformar matéria-prima em objeto de cultura, reflete-se na transformação das circunstâncias materiais e sociais do homem (Albornoz, 1986), e a perspectiva antropológica do trabalho possibilita-lhe ser autor de si, elaborando conhecimentos válidos para sua *paxis* social. Como bem sintetiza Frigotto (1995), trabalhar quer dizer produzir-se e reproduzir-se mediante a transformação da natureza, de modo que a atividade laboral é o fundamento do conhecimento humano. Não é possível, então, desvincular o trabalho do saber construído por esse ato.

O princípio educativo do trabalho, explicitado por Gramsci (1978), é justamente a afirmação da apropriação do conhecimento produzido no intercâmbio entre homem e natureza.

O pensamento marxista entende o trabalho como fato social principal, e a sociedade contemporânea como uma *sociedade do trabalho*: ele é fundado na reciprocidade do contato social. Através do trabalho nos igualamos e nos diferenciamos do outro, pois nos exercitamos socialmente, transformando o outro e sendo por ele transformado (Codo, 1986). Entretanto, no atual modo de produção

capitalista, o trabalho alienado apaga a dimensão consciente da produção humana (Giannotti, 1985), pois a alienação do trabalhador da ação de produzir, do produto e do consumidor do produzido, importa em desapropriação de seu saber, de seus valores, do que ele é, na qualidade de auto-alienação.

Méda (1995) salienta que a crítica marxista ao trabalho alienado aborda o objetivo dessa ação humana, que passa do desenvolvimento daquele que a realiza para o enriquecimento do próprio homem. O trabalho, na concepção antropológica desse autor, é ação prazerosa, apropriação de conhecimentos, livre; mediação capaz de humanizar. De modo contrário, o mesmo trabalho no modo capitalista de produção, engendra sofrimento por ter se tornado mercadoria, passando a valer pela quantidade de esforço injetado na natureza e não por sua qualidade. As capacidades humanas são transformadas em *força de trabalho*. O trabalho, no sistema capitalista vigente, é considerado produtivo à proporção que for capaz de produzir mercadorias e de produzir capital, realizando a mais-valia. É a concepção de trabalho como capacidade humana comercializada, gerando valores materiais socialmente reconhecidos – valores de troca (Codo, 1984 e 1993).

O modo de produção vigente reflete a lógica da alienação – desumanização – exploração – dominação do trabalhador.

Enquanto via de identificação com o outro, o trabalho nos insere no grupo, igualando-nos e diferenciando-nos dos demais, pois, através dele, um indivíduo significa para o outro. Todavia, no trabalho alienado essa identidade transforma-se

em antagonismo, uma vez que os indivíduos são estranhos uns aos outros (Codo, 1984).

A negação de emprego ao trabalhador é instrumento de desumanização tanto quanto o trabalho alienado e explorado, numa contradição à concepção antropológica. É o reverso da visão hegeliana subjacente ao pensamento marxista de humanização do sujeito pela dupla transformação – do mundo e de si pela transformação do mundo.

O trabalho vivido na sociedade atual é, para a classe trabalhadora, o oposto ao lúdico: instrumento de subjugação e desumanização, pois *“caracteriza-se pela contradição que se põe entre a lógica do trabalhador e a lógica do empregador, que representam interesses antagônicos”* (Abrahão, 1989, p. 152).

A análise do modo de produção capitalista evidencia a predominância do capital monopolista, concentrado, impregnando as relações sociais. O trabalhador não detém e não domina os meios de produção ao mesmo tempo em que o capital é alienado do trabalho.

A dicotomia entre agente da concepção e agente da execução reforçam a alienação. Junto a isso, a separação entre trabalho intelectual e manual, teoria e prática, pensamento e ação empobrecem a atividade humana, afastando-a da concepção antropológica de necessidade natural da vida em sociedade (Marx, Engels, s.d.). O capitalismo é um processo que fragmenta o trabalho, racionaliza a produção e desqualifica o trabalho do trabalhador. O parcelamento das funções e a

coletivização da produção comprometem o tradicional conceito de qualificação, ligado ao domínio do ofício em todas as etapas envolvidas (Bravermann, 1984). O conceito de qualificação resultante é, na visão de Franco (1998), inadequado por referir-se a uma habilidade específica, limitada e repetitiva. Ainda assim, adotei o termo qualificação para indicar a formação profissional formal em nível universitário.

Ao abordar a questão da qualificação profissional, Franco (op cit) questiona o significado de preparar e estar preparado para o “trabalho incerto” na atual conjuntura mundial, a partir de pesquisa comparativa entre três países: México, Itália e Brasil. Salienta que a expressão “qualificação para o trabalho” é utilizada, habitualmente, dentro de uma visão taylorista-fordista da produção, que não dá conta das diferenciações internas dos processos produtivos. Discute a questão da “empregabilidade”, vista como capacidade de o trabalhador se reinserir no mercado ou criar fontes próprias de trabalho. Tal concepção reduz a educação e as aprendizagens ao atendimento às necessidades do mercado de trabalho e à lógica empresarial.

Frigotto (1995) refere-se às exigências atuais de qualificação vinculadas à educação formal. Procura superar a ideologia de que o principal recurso, hoje, é o conhecimento e ele é acessível a todos pela educação. Defende uma base de formação geral sobre a qual a formação profissional deveria ser pensada. Trata da questão na esfera da instrução formal e do sistema escolar. E, por sua vez, Gentili (1998) demonstra que a função da escola deslocou-se, no atual estágio do sistema

capitalista, do âmbito de formação para o emprego para uma, nem sempre declarada, ênfase na formação para o desemprego, alterando a função econômica atribuída à escolaridade. A partir da segunda metade do século XIX, a expansão dos sistemas escolares nacionais difundiram o que se poderia chamar de *promessa da escola como instituição integradora*. As massas defendiam a democratização dos sistemas educacionais como poderoso dispositivo de integração social, em amplo sentido (Petitat, 1994). O propósito de criação de condições “educacionais” para o mercado de trabalho alterou-se, dando lugar a uma promessa de caráter privado: *a promessa da empregabilidade* (Gentili, 1998).

Acredito, entretanto, que o tema da qualificação profissional requer uma abordagem abrangente. Considero que a dita “qualificação” extrapola a condição de escolaridade formal. Consoante com a visão antropológica do trabalho, creio que os indivíduos são formados nas relações estabelecidas no ato de trabalhar. A propósito, Araújo (1998) questiona acerca as novas qualidades pessoais requeridas pelo capital, relacionadas às novas formas de gestão. Destaca que não há um consenso a respeito, embora se encontre um grande e impreciso leque de qualidades humanas: iniciativa, motivação, espírito de equipe, capacidade de comunicação e outros.

Hoje, a centralidade do trabalho, presente na sociologia marxista, vem suscitando nova análise porque os modos de relação do homem com a natureza e com outros homens assumiram características diversas, ao longo do tempo (Rocha et al, 1994). Tal evolução histórica é abordada por Offe (1989 e 1991), Méda (1995

e 1996) e Santos (1997). Na leitura de Santos (op. cit.), a reflexão marxista ocorreu em dois âmbitos diversos: uma de caráter político e outra de caráter epistemológico. No século XX, o trabalho perdeu seu status de categoria central (Offe, 1989, Habermas, 1990 e Méda, 1996) e a crítica ao marxismo ocorre por conta de uma visão determinística. Marx, além de formular uma macroanálise do capitalismo, formulou uma nova teoria – o materialismo histórico, segundo o qual as sociedades evoluem deterministicamente, ao longo de fases, segundo *leis*. Tais *leis* podem ser sintetizadas da seguinte forma: o nível de evolução das forças produtivas determina e explica as relações sociais de produção – a estrutura econômica da sociedade. Estas, por sua vez, determinam e explicam as formas políticas, jurídicas e sociais dominantes na sociedade – a superestrutura.

Aplicando a expressão “tudo o que é sólido se desfaz no ar”, no Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels destacavam o caráter revolucionário das transformações da modernidade e do capitalismo na vida social. Afirmavam a radicalidade do capitalismo que fazia “evaporar” a solidez da sociedade do século XIX. O capitalismo, então, não seria *apenas* um modo de produção, mas uma mudança global na sociedade, uma mudança pragmática. Nessa concepção, o progresso científico, a liberdade e a igualdade só poderiam ser plenamente alcançados para além do capitalismo.

Entretanto, a superação do modelo capitalista, pelo seu esgotamento, não se verificou até o presente; ao contrário, há uma reestruturação da organização do trabalho a fim de viabilizar e mesmo perpetuar esse modelo. Então,

“se para quase todos os cientistas sociais era claro que Marx se equivocara nas suas previsões acerca da evolução das sociedades capitalistas, o mais importante era, no entanto, reconhecer que estas sociedades se tinham transformado a tal ponto desde meados do século XIX que, qualquer que tivesse sido o mérito analítico de Marx no estudo da sociedade do seu tempo, as suas teorias só com profundas revisões teriam utilidade analítica no presente” (Santos, 1997, p. 28).

Autores pós-marxistas criticam o reducionismo economicista presente naquele pensamento e mostram-se anti-reducionista, antideterminista e processualista (Santos, op. cit.). Propõem a compreensão das mudanças do capitalismo como processo de evolução social que não se poderia prever no século anterior.

Na América Latina, o subdesenvolvimento de países saídos, há muito tempo, do colonialismo, que mantém relações econômicas intensas com países desenvolvidos, suscitou revisão da análise marxista como, por exemplo, a Teoria da Dependência (Cardoso et al, 1979). Na Europa, a revisão do marxismo tem duas grandes orientações: a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, sob direção de Adorno e Horkheimer, à qual juntou-se Habermas, e o Marxismo Estruturalista Francês, a partir da reflexão de Althusser (Althusser, 1985, Habermas, 1990 e Santos, 1997)

Offe (1989), igualmente, aponta dúvidas quanto à suposição de que a categoria trabalho determine a estrutura e o desenvolvimento social. Hoje, o trabalho tem uma natureza que requer nova leitura: engloba diferentes implicações, ainda que mantenha a característica de necessidade ontológica. Neto (1998) refere

que as discussões sobre o processo de transformação do capitalismo levam a duas teses básicas. A primeira, vê o fim da centralidade do trabalho pela crescente diferenciação da classe trabalhadora. A segunda, preocupa-se com a dinâmica econômica da reestruturação do trabalho sob nova configuração das empresas e dos processos de produção como a produção enxuta, a produção flexível e outras. O autor deixa de desenvolver essas duas teses. Todavia, propõe analisar o processo de reestruturação do trabalho sob a perspectiva do desemprego. Este fenômeno, por fazer parte do cotidiano, aparece envolto numa “representação naturalizada”, isto é, visto como “natural” pelo processo de reestruturação capitalista. O autor ressalta a influência neoliberal nesta ótica que vê a sociedade submetida às forças cegas do mercado, num determinismo tecnológico que levaria ao fim do trabalho organizado, dos sindicatos e da luta de classes. Contesta tal postura, apontando que esta idéia revela o contrário: o reconhecimento do papel dos sindicatos como obstáculo às pretensões do capital e da contradição fundamental entre capital e trabalho assalariado.

É necessário contextualizar as discussões de Marx e as hodiernas. Atualmente, há diversas formas de participação do trabalhador no mercado, pois não existe apenas as condições de *empregado* e *desempregado*. As novas tecnologias de gestão, em especial a terceirização, provocaram o surgimento de uma nova *classe* de trabalhadores: os prestadores de serviços — pessoa física ou jurídica. São novas relações que se estabelecem, repercutindo na representatividade do trabalho.

Antunes (1995) aponta a tendência de redução do proletariado fabril, industrial e manual, em decorrência do quadro recessivo e da automação, gerando um desemprego estrutural monumental. Paralelamente a esta tendência, destaca outra, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e vinculado à economia informal, entre outras modalidades. Esses trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação em relação à legislação vigente, regressão dos direitos sociais e ausência de proteção e expressão sindical, tendendo à individualização.

As transformações ocorridas no *mundo do trabalho*, com precário emprego, levam, portanto, à discussão do desemprego como fato real, consequência direta do atual estágio do capitalismo.

O desemprego é, a partir da década de 80, de caráter estrutural, na economia brasileira (Azevedo, 1985). Esse fenômeno esteve atenuado, no Brasil, durante a época do “milagre econômico” — de 1968 a 1973 —, no qual as taxas de crescimento de 10% ao ano, aparentemente, conduziam à realização do sonho do pleno emprego. Todavia, o governo militar, neste período, aboliu as garantias legais mínimas de estabilidade no emprego, implantando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em substituição ao Regime de Estabilidade. As empresas, a partir de então, têm respaldo para dispor dos postos de trabalho, maximizando lucros, com o fim do regime que garantia a estabilidade no trabalho (Beirão, 1984).

O desemprego estrutural é aquele que decorre de um excesso, não-temporário, de mão-de-obra, em relação às possibilidades de geração de empregos na economia (Ferreira, 1999).

Há, desde alguns anos, uma expansão do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global, pois

"...há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora" (Antunes, 1995, p. 41-42).

Aliado a esses fatores, na realidade brasileira, o rápido crescimento ocorrido durante a época do denominado "milagre econômico", no final da década de 60 e início da década de 70 que, ao invés de eliminar, elevou a incidência de pobreza, principalmente pelo padrão de geração de renda e emprego do país. Esses fatores associam-se ao êxodo rural e suas conseqüências sobre a estruturação do mercado urbano e à desigual distribuição de renda, porque a estrutura agrária assentava-se numa concentração da propriedade e no atraso produtivo, favorecendo o êxodo. Esse processo de inserção no modo de vida urbano evidenciou precária integração no mercado de trabalho, o que prejudicou o poder de compra da população num mercado que exigia crescente mercantilização do consumo, diferentemente das necessidades do homem do meio rural que produzia essencialmente para sua

subsistência. O assalariamento mais estável ocorria no emprego público e em empresas privadas de maior porte e organização. A partir dos anos 80,

“Do ponto de vista do emprego e da renda, houve uma deterioração das condições gerais do mercado de trabalho urbano, expressa não apenas no crescimento relativamente lento do emprego e no aumento da proporção de trabalhadores assalariados por conta própria e assalariados sem contrato de trabalho formalizado, mas também na significativa redução do nível de salários”. (Baltar et al, 1996, p. 90).

Por outro lado, o espetacular progresso econômico mundial nos países de capitalismo central, que marca o final do século XX, vem acompanhado do agravamento do problema do desemprego. Todavia, esse não é um quadro evidenciado em todo o mundo, ainda que cerca de um bilhão de pessoas estejam desempregadas ou subempregadas e sem muita perspectiva de voltar a empregar-se nos próximos anos. Alguns países, entre os quais Estados Unidos da América, Japão e Inglaterra, conseguem manter taxas de desemprego abaixo de 4%. O fato de serem alguns a conseguirem e outros não, atesta que o progresso econômico não é garantia de empregos para a população, mesmo considerando países europeus, entre eles Espanha e França, por exemplo. Mas, como há um inter-relacionamento das múltiplas causas do desemprego, atacar uma sem atacar as demais torna-se ineficaz. As teorias econômicas são pródigas em fórmulas para tratar do desemprego. As “teorias institucionais” propõem a reformulação das leis do trabalho, com redução de poder pelos sindicatos. O “keynesianismo” advoga a estimulação da demanda por bens e serviços. Os adeptos das “teorias de oferta” pregam estímulos para a criação de empresas e a formação dos trabalhadores através de educação de

qualidade e programas de treinamento. No entanto, ainda que nenhuma delas ofereça uma solução acabada, cada uma pode contribuir para a formulação de políticas nessa direção (Pastore, 1998).

A complexidade da questão exige, segundo Neves et al (1998), múltiplas abordagens tanto para seu entendimento quanto para sua solução. Para melhor compreensão da realidade brasileira relativa ao desemprego, apresentam os resultados de uma pesquisa com determinado segmento de trabalhadores: metalúrgicos, na qual abordam os aspectos ideológicos das explicações sobre as causas do desemprego formuladas por esses trabalhadores. Os autores concluem que a ação contra o desemprego e a definição do modo de enfrentá-lo pelos participantes relaciona-se à forma como a população entende o desemprego.

A abordagem ideológica acerca da questão é apontada, também, por Dejours (1999), ao examinar as relações que os trabalhadores estabelecem com o trabalho, sob a perspectiva de desemprego num mercado restrito, reforçando o que ele denominou “banalização da injustiça social”. Refere que tal *banalização* é um processo através do qual um comportamento ou idéia habitualmente reprimido ou desvalorizado pode “*erigir-se em norma de conduta ou mesmo valor*” (op. cit., p. 110). O protesto ou a discussão sobre o sofrimento no trabalho são restringidos ou dificultados pela inculpação social – dos políticos, dos intelectuais, da mídia,... — como se as relações de injustiça social e dominação só afetassem os pobres e os desempregados. Trata-se do desemprego afetando o emprego, na pessoa dos

trabalhadores empregados que “não têm o direito” de questionar as condições e a organização do trabalho.

Estas abordagens são complementadas por Singer (1998) que distingue a necessidade de ocupação da necessidade de emprego, que inclui assalariamento. Ocupação compreende toda atividade capaz de prover o sustento de quem a exerce. Sob esta ótica, emprego constitui um tipo específico de ocupação, que é o mais freqüente nos países capitalistas, mas não é o único, pois vender sua capacidade produtiva para o capital não é o único modo de obter renda. As reestruturações do modo capitalista de produção comportam diferentes formas de relação capital-trabalho, podendo, inclusive, ocorrer modalidades de ocupação – que não são necessariamente modalidades de emprego – gerando a figura de *ocupação no âmbito do desemprego*.

O desemprego, como um fenômeno relacionado à organização mundial da economia, também foi enfatizado por Pastore (1998). A oferta de postos de trabalho vincula-se à globalização econômica, ao uso de novas tecnologias, à disputa de mercado pelo capital internacional e à instalação de empresas em locais, com menores impostos e com mão-de-obra barata, que diminuam os custos de produção. Hoje, aumenta a proporção de pessoas que trabalham em tempo parcial, por prazo determinado, por projeto, subcontratadas ou sob condições de teletrabalho, realizado na residência ou em plataformas de trabalho. Nessas plataformas, por exemplo, os trabalhadores executam atividades para empresas virtuais, sem participar de seus quadros efetivos; são locais onde se encontram meios de

teleprocessamento. O mesmo autor afirma que um dos fatores relevantes nas mudanças do mundo laboral é o avanço tecnológico. Nos anos 70, uma inovação durava dois anos como novidade. Nos anos 80, passou a durar um ano e, nos dias de hoje, dura, em média, seis meses. Em alguns setores, como informática e telecomunicação, as novidades deixam de sê-lo em seis semanas, para passarem à rotina, na maioria dos concorrentes. As inovações tecnológicas são as grandes propulsoras da produção mundial, transformando profundamente os modos de trabalhar e as relações de trabalho. Há controvérsias quanto ao impacto das inovações no desemprego, pois

"as tecnologias destroem e criam empregos. Ocorre que destruir empregos é rápido; criar é demorado. Por isso, os efeitos diretos e imediatos das novas tecnologias são mais facilmente identificados. Os indiretos e mediatos são de difícil registro – mas não podem ser desprezados" (Pastore, op. cit., p. 6).

Os diretos e imediatos são negativos. É difícil vislumbrar a possibilidade de uma nova positividade, pois as novas oportunidades exigem, muitas vezes, diferentes habilidades. Pastore (1998) assinala que a automação do setor bancário, por exemplo, reduziu em 50% o emprego no espaço de dez anos (1986-96). Entretanto, o mesmo fato abriu oportunidades de trabalho nos campos de informática e telecomunicação, além de estimular outras atividades financeiras, entre as quais as seguradoras, os cartões de crédito e o crédito direto ao consumidor. Ocorre que, muitas vezes, é criada uma demanda por habilidades e talentos inexistentes no mercado de trabalho, que reforça a desigualdade social.

Com as transformações, há destruição, criação e deslocamento de postos de trabalho de um setor para outro. Na indústria, por exemplo, várias atividades internas passaram a ser exercidas fora dela. Um exemplo disso é a terceirização dos setores de marcenaria e manutenção elétrica. Houve, entretanto, movimentação na direção oposta, com atividades que se incorporaram à indústria. O crédito ao consumidor, anteriormente operado por empresas especializadas em financiamento, passou a ser realizado, em muitos casos, pela própria indústria que começou a empregar pessoal capacitado para isso. O caso da General Motors é ilustrativo, pois ela concede mais crédito que a American Express. Há, também, uma movimentação geográfica dos postos de trabalho. A oferta de empregos e serviços está se globalizando (Pastore, 1998).

Existe uma desaceleração no crescimento da População Economicamente Ativa – PEA - no país, em função da diminuição na taxa de fecundidade. Todavia, a PEA aumenta 2,2% ao ano e deve manter-se assim, pelo menos até 2005. A demanda por trabalho crescerá cinco milhões nos próximos três anos. Considerando que para cada 1% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) há um acréscimo de trezentos mil postos de trabalho, seria preciso um mínimo de 5,5% ao ano para absorver a demanda anual de trabalho. Em 1997, por exemplo, o crescimento de 4% acumulou um déficit de quatrocentos mil empregos. Todavia, o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para acomodar a PEA no trabalho legal, isto é, formalizado através de contrato de trabalho. Entre 1992 e 1996, o país cresceu 18,3% e o emprego reduziu-se em -0,21%, em vez de

aumentar 7,5%. A estimativa é de que 85% dos novos postos de trabalho que se criam estão no mercado informal (Pastore, op. cit.).

Essa realidade repercute na mobilidade social no Brasil. Até a década de 70 havia uma perspectiva, para significativa parcela da população, de ascender, ao menos um degrau na escala social. Atualmente, mais de 60% dos brasileiros estão nas mesmas condições dos pais ou, o que é pior, desceram algum degrau na escala social (Pastore, 1992).

Um fator que não pode ser desprezado refere-se à legislação trabalhista como dificultador da criação de empregos de forma legalizada. Embora alguns economistas atribuam a explosão do mercado informal a falhas na fiscalização dos empregadores em relação à legislação trabalhista e ao baixo valor das multas aplicadas em casos de irregularidade, uma questão desta magnitude ultrapassa o alcance de qualquer fiscalização. Pastore (1998) defende a necessidade de revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que é um código rígido, feito para uma economia fechada e que não se adapta às variações regionais. Há um quadro legal de quase mil artigos, mas com uma só forma de contratar mão-de-obra: por prazo indeterminado, com 102% de encargos sociais. Não há fórmulas intermediárias de contratação adequadas às novas modalidades de trabalho, entre as quais a do teletrabalho, a do subcontratado e a do por projeto e outras. Ou há um contrato formalizado, pagando 102% de encargos sociais, ou não há contrato, pagando-se 0% de encargos sociais.

A consequência desse cenário pode ser ilustrada, no âmbito da cidade de Porto Alegre, pelos dados estatísticos mais atualizados disponíveis, embora tais dados não discriminem a profissionalização ou sua ausência nas populações desempregadas (INFORME PED, 2000).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre – PED/RMPA – utiliza os seguintes conceitos:

PIA - População em Idade Ativa: população com 10 anos e mais.

PEA - População Economicamente Ativa: parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

Ocupadas - conjunto de pessoas que:

- possuem trabalho remunerado, exercido com regularidade;

- possuem trabalho remunerado, exercido de forma irregular, mas sem procura de trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias;

- possuem trabalho não-remunerado, de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados - conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações:

Desemprego Aberto - pessoas que procuraram trabalho, de maneira efetiva, nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não realizaram nenhum trabalho nos últimos 7 dias.

Desemprego oculto pelo trabalho precário - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em uma das seguintes situações: realizam, de modo irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício.

Desemprego oculto pelo desalento e outros - pessoas sem trabalho e que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos - parcela da PIA que não está ocupada nem desempregada.

Os principais indicadores são:

- Taxa global de participação é a relação entre a PEA e a PIA (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho — ocupadas ou desempregadas.

- Taxa de desemprego total é igual à relação Desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra em situação de desemprego aberto ou oculto.
- Taxa de ocupação é igual à relação Ocupados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

Em julho de 2000, a pesquisa indica que, pelo terceiro mês consecutivo, a taxa de desemprego total na Região Metropolitana decresceu, passando dos 17,8%, observados em junho, para os atuais 16,8% da PEA. Embora tenha havido decréscimo, não é suficiente para garantir uma taxa nos níveis de alguns países desenvolvidos.

Entre os principais resultados apresentados por esta pesquisa, destacarei os seguintes:

No mês em questão, a taxa global de participação apresentou pequena redução de 59,1% para 58,9% em relação ao mês de junho.

A queda da taxa global de desemprego em julho deveu-se, principalmente, ao desemprego oculto, cuja taxa passou de 6,5%, em junho, para 5,6% em julho. O desemprego aberto permaneceu estável, passando de 11,3% para 11,2%. Apesar dessa diminuição, estima-se um contingente de 189 mil indivíduos em situação de desemprego aberto e 94 mil em situação de desemprego oculto.

Para poder visualizar a extensão do fenômeno na população não basta considerar as porcentagens, mas é necessário examinar o número absoluto que corresponde a tais porcentagens. Um total de quase trezentas mil pessoas em situação de desemprego ilustra a magnitude do fato.

O tempo médio despendido pelo conjunto dos desempregados na procura de trabalho, acompanhando a trajetória positiva do mercado de trabalho no mês de julho, caiu para 44 semanas face às 45 do mês anterior. Entretanto, nos últimos 12 meses houve uma elevação de uma semana. Isso mostra que, em termos absolutos, o tempo médio é significativamente extenso.

As estatísticas oficiais revelam a magnitude do fenômeno desemprego, observada a relação entre a oferta e a demanda por emprego, na população. Adicionado ao significado dessa magnitude em nossa sociedade, constatado pelas análises estatísticas, há o significado desse fenômeno evidenciado por um olhar qualitativo, que amplia e complexifica sua problematização. Aued (1999) chama atenção, porém, para a paradoxal sociedade em que vivemos: produz-se cada vez mais, com cada vez menor emprego de trabalho vivo. Os inusitados índices de produtividade, neste final de século, são provenientes do acelerado avanço tecnológico. A crescente prescindibilidade do trabalho, antes de significar um alívio para o trabalhador, torna-se um tormento, pois *“estar nesta condição não é ter tempo livre para o lazer, é tensão diante de um futuro incerto, é medo, sentimento de fracasso e sensação de ser descartável”* (Aued, 1999, p. 16).

No momento atual, o emprego assalariado confunde-se com trabalho, como se este fosse a única forma de trabalho. Por isso, é importante distinguir um do outro, buscando preservar o trabalho como categoria natural, antropológica, que está em todo o tempo e lugar, assegura a realização pessoal e é o centro de todo vínculo social. Ao analisar a extinção das profissões, Aued (op. cit) associa esse fato às metamorfoses sociais que incluem a dialética do igual e do diferente, e que explicitam transformações históricas que tornam visíveis conteúdos concretos de categorias como trabalho e assalariamento, distintos, hoje, do que eram na sociedade pré-industrial. Afirma que não são apenas algumas profissões que estão em turbulência, mas que uma época social pode estar cedendo lugar a outra, lembrando que, quando a época social da escravidão se extinguiu, levou consigo instrumentos e ofícios como o de “caçador de escravos”.

O fato de estarmos inseridos numa sociedade com transformações profundas acerca da natureza dos empregos conduz à discussão a respeito das aprendizagens e implicações da perda do vínculo empregatício na vida do trabalhador desempregado. Estou assumindo um conceito de aprendizagem enunciado por Jacques (1993), que analisou as relações entre educação, trabalho e identidade, e salientou que a educação deveria ser estendida para além da escolarização. Trata-se de processo psico-social, através do qual o sujeito se constrói, dentro de um contexto sócio-histórico, nos diversos círculos de relações estabelecidas. Tal conceituação abrangente de educação evita associar educação à escola, como ocorre no senso comum.

Difere, portanto, da educação escolar formal, que se realiza em instituição especializada mas refere-se à educação como intermediação humana que ocorre em **locus** diversos — na família, na escola e no trabalho (Petitat, 1994 e Jacques, 1993).

Esta visão de educação, de acordo com Brandão (1986), é “*uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade*” (p.10). A educação faz parte do processo de produção de crenças, idéias e qualificações pessoais que envolvem símbolos, bens e poderes constitutivos das comunidades.

A educação, desse modo, existe onde houver redes e estruturas sociais de transferência de saber entre as pessoas. Através dos que *ensinam-e-aprendem*, o saber de um povo, as regras do trabalho, os segredos da arte, religião ou da tecnologia são perpetuados, pois

“a educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e ali sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com a imagem que se tem de uns e outros (...)” (Brandão, 1986, p.12).

Tudo o que é importante e valorizado por uma determinada comunidade envolve algum tipo de saber e alguma forma de ensinar. E educação, nos contextos sociais de formação do adulto, é uma experiência de **endoculturação** (Brandão, op. cit.).

Penso que a relação de reciprocidade entre o sujeito e o meio social constitui o processo educativo, mediado pelo trabalho ou pela privação de trabalho. O

trabalho industrial, como a forma moderna de atividade produtiva e princípio educativo do homem moderno, foi concebido por Gramsci (1978) e analisado por Nosella (1989). Para Gramsci (op. cit.) o trabalho é elemento que embasa o conhecimento humano, uma vez que o homem se constrói na intermediação que realiza. Desse modo, defendo que o princípio educativo do trabalho gramsciano pode ser estendido à situação de desemprego. Essa circunstância do trabalhador é, também, fator de mediação social e é condição potencialmente educativa. Todos os saberes construídos a partir da perda do emprego, configuram-se como processos de socialização e educação, nos quais o homem se constrói, e se constituem aprendizagens.

Isto posto, cabe explicitar elementos teórico-metodológicos desta pesquisa que realizei, sobre o desemprego de trabalhadores qualificados.

Ao desenvolver esta pesquisa pretendi conhecer percepções individuais sobre o desemprego como fenômeno da atualidade e implicações no sujeito trabalhador quando se encontra impedido de continuar a tê-lo, no modo de trabalho formal, utilizando narrativas de dois sujeitos - um homem e uma mulher - que vivenciaram a demissão do emprego. Tais percepções dizem respeito a vivências e sentimentos de determinados indivíduos - demitidos - que revelam sua história e subjetividade, com destaque para elementos educativos inerentes ao modo como construíram alternativas de novos projetos de vida, significativos de superação do impacto negativo que a nova realidade lhes impôs.

Trata-se, portanto, de um estudo descritivo-analítico, de cunho qualitativo. Na visão de Connely (1995) “*a narrativa está situada em uma matriz de investigação qualitativa porque está baseada na experiência vivida e nas qualidades de vida e da educação*”.

Há autores como Connely (1995); Blancafort, Valls (1999); Genette (1995) que entendem a narrativa tanto no sentido de que esta pode constituir o *fenômeno* sob investigação, quanto o *método* utilizado na investigação. Na presente pesquisa utilizei a segunda acepção.

Optei pelo uso de narrativas como prática de investigação por crê-las consoante com a idéia de que o homem é um todo que, em cada momento da vida, reflete as experiências passadas, a construção do presente e as aspirações futuras. As narrativas, portanto, centram-se na experiência humana, constituem-se, fundamentalmente, de uma experiência humana vivida e apresentam uma qualidade holística.

É necessário, segundo Connely (op.cit. p.22), entender que “a tarefa central é evidente quando se compreende que a pessoa está vivendo suas histórias em um conjunto de contexto experiencial e, ao mesmo tempo, está contando suas histórias com palavras enquanto reflete sobre suas vivências e se explica. Para o investigador esta é parte da complexidade da narrativa porque uma vida é também uma questão de crescimento até um futuro imaginário, e portanto, implica re-contar histórias e tentar revivê-las. Uma mesma pessoa está ocupada, ao mesmo tempo, em viver, explicar, em re-explicar e em reviver suas histórias”.

Nesse sentido, portanto, utilizei a entrevista narrativa na acepção de Huberman (1995), que sobre esta modalidade escreve:

“A entrevista narrativa é a chave para a autocompreensão e, desde essa, para mudança. Suas entrevistas são tipicamente interativas... Analiticamente, os investigadores tratam de apreender temas geradores na vida do informante: os fios de trama que dão sentido a numerosas mudanças que acompanham a carreira docente” (op. cit. p. 201).

Dos dois entrevistados, somente um atuava na área da educação, o que não impede de ampliar o conceito de entrevista narrativa para aquela que objetiva compreender fenômenos ligados a outras profissões, carreiras, empregos ou à perda de situações dessa natureza ou mesmo de outros fenômenos sociais.

Visando compreender o objeto de estudo realizei entrevistas com dois trabalhadores, cujas narrativas foram gravadas em fita magnética.

Os dados que pudessem identificar os sujeitos e as empresas onde trabalhavam ou quaisquer outros que não preservassem a identidade dos envolvidos foram alterados para referências fictícias, com a finalidade única de respeitar a privacidade de ambos. Os demais dados foram transcritos na íntegra.

As sessões foram individuais, com tempo indeterminado *a priori*, com o intuito de, mediante as narrativas, conhecer as histórias de vida dos sujeitos escolhidos.

Para essa escolha, os critérios foram: estar desempregado involuntariamente e ter qualificação profissional em nível de instrução superior. O objetivo da delimitação desses critérios para os pesquisados foi o de conhecer as percepções de pessoas que efetivamente passam pela experiência de perda do emprego. Não houve restrição quanto a sexo ou qualquer outra característica. A escolha foi intencional, a partir de indicações de pessoas de minhas relações que favoreceram o contato inicial. As questões específicas de gênero não foram objeto de análise, mas utilizadas para contextualizar as falas. De igual modo, a idade não foi fator delimitador para a escolha de cada um dos sujeitos, ainda que em nossa realidade esse fator possa ter relevância por relacionar-se à maior ou menor dificuldade de recolocação do trabalhador no mercado de trabalho.

Na atual conjuntura sócio-político-econômica brasileira a demissão se constitui em realidade potencial para a grande maioria da população trabalhadora. É possível que o impacto da demissão, enquanto possibilidade, já seja relevante. Para este estudo, entretanto, restringi o foco à situação concreta de desemprego por acreditar que há diferença entre imaginar-se desempregado e estar realmente sem o emprego.

Na literatura (Poirier et al, 1995) encontra-se o dilema a respeito de que classe de sujeitos pesquisar. Por exemplo, cabe, sobre determinado fenômeno social, a escuta dos “dominantes” ou dos “dominados”? A dúvida coloca-se entre diligência puramente científica e essa diligência caracterizada, também, por comprometimento social e político. Segundo esses autores, nos trabalhos franceses com narrativas há,

em geral, uma tendência a privilegiar a categoria de testemunhas dos deserdados, marginais ou excluídos. Na Grã Bretanha e nos Estados Unidos da América a preferência tem sido para a escuta de sujeitos da classe hegemônica. Pode-se pensar que não se deve privilegiar nem uns, nem outros, pois as pessoas mais interessantes são aquelas por quem poucos ou ninguém se interessa: o “homem médio” que é o mais representativo dos modelos culturais da sociedade.

Na pesquisa que realizei, escolhi, justamente o sujeito “médio”, isto é, nem o operário não-qualificado que esteja desempregado, nem um empresário que porventura tenha ido à falência. Como sujeitos da pesquisa procurei um homem e uma mulher qualificados para as funções que desempenhavam e que, não obstante essa situação, perderam seus empregos. Meu interesse foi o de estudar implicações que pude visualizar como consequência do desemprego para pessoas qualificadas.

Nesse sentido, Poirier et al (1995) destacam que as narrativas querem fazer falar os “povos do silêncio”. Tal enfoque se coaduna com meu propósito de estudar o desemprego a partir da fala do desempregado e não do governo ou do empresariado, ainda que instâncias da infraestrutura da sociedade estejam envolvidas na ocorrência do fenômeno.

Os entrevistados foram: “Rick”, 40 anos, solteiro, sem filhos, formação em Engenharia Elétrica e “Atena”, 54 anos, casada, três filhos, formação em Pedagogia - Orientação Educacional.

O primeiro contato com os sujeitos foi feito por telefone, visando reassegurar sua disponibilidade em participar deste estudo, visto que já haviam sido sondados pelas pessoas que os haviam indicado, e a marcação das sessões para a realização das entrevistas narrativas. As sessões gravadas, com prévia permissão, realizadas em local adequado, sem interrupções, respeitando a privacidade dos relatos, foram transcritas para análise.

A sessão inicial teve um *rapport* esclarecendo a respeito da pesquisa enquanto atividade inerente ao curso de Doutorado e sobre a escolha do tema. Após, solicitei que cada sujeito narrasse a trajetória pessoal, incluindo o trabalho, a formação profissional e o desemprego. Sempre que necessário, foram feitas outras intervenções de esclarecimento dos fatos no decorrer do contato, procurando, no entanto, não fazer uma entrevista estruturada a tal ponto que inibisse a naturalidade e a espontaneidade da narrativa. Essa prática que segui estriba-se na literatura que nos ensina que as narrativas são relatos feitos a partir de um estímulo amplo do pesquisador e têm como objetivo principal reconstruir a realidade a partir da memória pessoal ou coletiva em determinado período histórico (Santamarina, Marinas, 1994). A recolha do material ocorre a partir de entrevistas, nas quais solicita-se a um indivíduo que narre sua história pessoal (Poirier et al, 1995). Na produção de narrativas há um estímulo inicial do investigador para a elaboração de uma memória construída com a participação do sujeito da história. Mesmo com o cuidado de deixar o entrevistado à vontade para re(construir) a própria história (porque a ressignifica no momento da narrativa), não se trata de simples transmissão

de informações de um narrador para um pesquisador, mas produto construído na relação entre eles (Poirier et al., 1995; Mc Ewan, Egan, 1995).

Entretanto, esses autores elencam contradições teóricas presentes entre os investigadores que trabalham com narrativas quanto à diretividade da narrativa ou à liberdade de palavra, por parte do narrador. A pergunta que ficou no ar é se, ainda que a liberdade de palavra deva sempre estar presente, é mais conveniente utilizar roteiro para que o entrevistador possa assegurar-se de que nenhum “campo” da memória foi negligenciado ou deve-se deixar o narrador totalmente livre para se expressar sem intervir? A solução intermediária é a da semidiretividade, em que não há perguntas fechadas, mas um guia ao qual pode-se recorrer com a discrição que se impõe. Isso é especialmente útil quando se procede à coleta de narrativas que explicitem trajetórias múltiplas ou cruzadas, pois a comparatividade só é possível quando cada narrativa corresponde a um desenho homogêneo. Por esse motivo, optei por essa última prática, uma vez que trabalhei com dois sujeitos. Na verdade, tomei uma história de vida única, central, para análise e fiz um contraponto, para melhor entendimento, com uma outra história que, por sua diferença, favoreceu o desenvolvimento deste trabalho.

Sob um outro prisma, os autores argumentam a favor de entrevistas em conjunto, desde que, em grupo, o informante pudesse ficar mais à vontade do que como único inquirido e de que os temas abordados fossem melhor aprofundados. No caso da presente pesquisa, as sessões foram individuais, o que não prejudicou,

antes propiciou, uma maior interação da pesquisadora com os sujeitos e uma abordagem mais aprofundada do assunto.

Quanto ao registro das narrativas, Poirier et al (1995) destacam condições específicas que justificam a necessidade de um registro integral: o contexto é um complexo: é mais e melhor que uma seqüência de frases; o enunciado é tonalizado: o locutor modula sua expressão, o tom, o ritmo, as pausas que não são menos significantes que as palavras; o enunciado é gestualizado: a expressão corporal — gestos, olhar, mímica do rosto e outros — sublinha cada elemento da linguagem falada; o enunciado é dramatizado: situa-se numa relação dinâmica, pois os auditores, por sua presença, reações e intervenções são co-autores. Por essa razão, ao concordar com esses autores, optei por apresentar, em anexo, as transcrições de entrevistas, sem correções de linguagem que alterem o texto. Desse modo, reservo ao leitor a tarefa de acompanhar o ordenamento dado pelo entrevistado. E, como é habitual na apresentação de narrativas de histórias de vida, o texto está na primeira pessoa, já que o narrador assume seu papel de relevância frente ao investigador.

O processo de produção de informações e o processo de interpretação dos dados merecem considerações específicas a fim de clarear o propósito do presente estudo.

Existem, segundo Santamarina, Marinas (op.cit), pelo menos três maneiras de enfocar o processo de produção informacional:

- a primeira, é a partir de uma visão positivista documental, com o predomínio do valor literal sem considerar o momento da enunciação. Aqui, todos os fatores circunstanciais e a linguagem não-verbal ficam à margem da análise;
- a segunda maneira de ver o processo de produção de narrativas é a da perspectiva interacionista que enfoca a construção dual de situações. Desse modo, a relação entre aquele que informa e o pesquisador é considerada parte integrante da formulação que se realiza;
- a terceira forma é um enfoque dialético, segundo o qual as narrativas são entendidas como integrantes de um sistema.

“Quer dizer – sem desvincular-se do momento da enunciação nem do enunciado - se entendem como as histórias de um sujeito, indivíduo ou grupo, que se constitui nas determinações do sistema social” (Santamarina, Marinas, op. cit. p. 268-69).

Concordo com esta última concepção de que compor uma narrativa tem um caráter estruturante do próprio sujeito. Acredito que ele ressignifica a história no momento em que a constrói e na relação com o investigador. Assim, creio, ocorreu durante este estudo com dois trabalhadores que foram demitidos de seus empregos. Ao narrarem suas histórias, relataram sua vida inteira, trajetória que inclui o trabalho e a perda do emprego, avaliando a experiência no momento em que ela ocorreu, “com os olhos e coração daquele momento”, já passado. Entretanto, também a analisaram no momento da enunciação; ressignificam o ocorrido a partir de uma outra perspectiva, que envolve o distanciamento permitido pelo tempo transcorrido.

Assim, como para o processo de captação de dados, há três modalidades de interpretação das narrativas.

A primeira modalidade é a perspectiva estruturalista, mais diretiva na coleta de dados e com interpretação estreitamente relacionada à posição positivista de produção de informações. Já, a segunda, refere-se ao modelo hermenêutico que tem a ver com a análise em profundidade de um texto, na qual há uma preferência por poucas histórias analisadas em detalhes: sentidos ocultos, lapsos e todo tipo de elementos que têm relação com uma compreensão intensiva, vinculada à visão interacionista. E, na terceira, há um processo de interpretação entendido como compreensão de contexto, destacando que a origem e o sentido profundo do texto são construídos todos os dias. Nesse caso, não são negadas as influências do entrevistador, uma vez que a história relatada vai sendo ressignificada no ato de externá-la. Coerente com esta lógica — que, por seu turno, é coerente com o terceiro modo de captação da informação, anteriormente explicitada —, procurei realizar a interpretação dos dados contidos nas narrativas, segundo esta última modalidade de interpretação, por julgá-la mais afeita ao presente estudo. Para analisar as implicações do desemprego para os dois trabalhadores ouvi seu relato posterior ao fato. Igualmente, o ocorrido é analisado do ponto de vista de uma perspectiva global que inclui toda história de vida de cada um, todas as instâncias de inclusão destes pesquisados e, especialmente, sua experiência de perda do vínculo empregatício. Desse modo, a cada entrevista há uma ressignificação do relato, impregnada de influências circunstanciais e de novas reflexões.

Santamarina, Marinas (1994) apresentam três planos de compreensão de contexto: o contexto vivido no passado, o contexto do presente do sujeito e o contexto da entrevista. Na pesquisa por mim realizada, estes três planos foram organicamente considerados na análise dos dados das entrevistas.

Os mesmos autores destacam o alcance empírico e metodológico desse tipo de trabalho: o trabalho em contexto exige uma redefinição mais aberta das fases de todo o processo de investigação. Entendo, aqui, a necessidade de considerar que a investigação é inesgotável e esta tese refere-se a um momento da análise, e a noção de pesquisa em que a finitude é um “conceito relativizado” é fundamental para a compreensão de tudo o que aqui é exposto.

Operacionalmente, na análise e interpretação dos dados, utilizei a Análise de Conteúdo, especialmente baseada em Bardin (1977). Historicamente, a Análise de Conteúdo esteve vinculada, na origem, à escola quantitativa de pesquisa. À proporção que a análise passou a direcionar-se para mundo das atitudes e ao ideológico, as técnicas numéricas não conseguiram captar e considerar significados mais profundos do discurso. Por esse motivo, surgiu a vertente qualitativa que enfatiza a captação de significados contidos nas falas dos sujeitos estudados (Olabuenaga, Ispizua, 1989).

Nessa perspectiva, considero que o que é externado, verbalmente ou não, tem um sentido simbólico manifesto ou não. Contém múltiplos significados em função da perspectiva da leitura. Pagès et al (1990), Gil (1994), Bardin (1977) e Minayo (1992) tratam da análise qualitativa dos dados por meio da análise de conteúdo.

Dentre esses autores, destaco Minayo que justifica a utilização das técnicas qualitativas de análise porque

“(a) colocam em cheque a minúcia da análise de freqüência como critério de objetividade e cientificidade; (b) tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo do conteúdo manifesto da mensagem para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda” (1992, p. 203).

Para Bardin (op.cit.), a Análise de Conteúdo pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, aplicáveis a discursos diversificados que têm em comum uma hermenêutica controlada, baseada na indução: a inferência. A intenção do método é a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção de determinado discurso. A proposta metodológica oscila, desta forma, entre o pólo da objetividade e o pólo da subjetividade.

Cronologicamente, a mesma autora divide o método em: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados que abarcam a inferência e a interpretação.

Assim, na primeira etapa da análise, organizei o material e o li de modo fluido, para obter uma visualização inicial, visando um primeiro nível de interpretação. Após, investi na segunda etapa - a exploração dos dados - que consistiu em transformar dados brutos em uma representação do conteúdo, feita a partir das inferências previamente formuladas, momento em que os dados brutos passaram a fazer parte de Unidades de Registro que corresponderam a um segmento do conteúdo. A categorização, feita nesta segunda etapa, foi a operação que reuniu unidades de registro, segundo caracteres comuns. As categorias, em seu conjunto,

cumpriram certas regras, como ensina Bardin (op. cit): cada elemento foi classificado em apenas uma categoria; na categorização foi utilizado um único princípio de classificação; as categorias são pertinentes ao material de análise, refletem os interesses da investigação e apresentam-se fiéis ao sentido das narrativas.

Na terceira etapa procurei construir inferências válidas que propiciassem avançar no aprofundamento do conhecimento da realidade estudada sem o objetivo de fazer generalizações estatísticas, mas reportando-me a *uma “generalização analítica”* (Yin, 1989), pois as narrativas aqui trabalhadas não pretendem trazer teses generalizadoras ainda que possam refletir uma realidade comum, passível de extrapolar o concreto das situações.

Ademais, endosso o caráter cíclico da Análise de Conteúdo enquanto análise qualitativa, abordado por Olabuenaga, Ispizua (1989) que não ocorre de forma linear e seqüencial, mas cíclica e circular. Este caráter dinâmico objetiva o aprofundamento constante da análise. Os passos citados, portanto, não constituem produto acabado, mas compreendem um movimento constante de retorno a etapas anteriores para reconstruí-las de forma mais completa.

Com esse entendimento, reforço, a presente tese reflete um momento da análise que aqui não se esgota. As categorias emergiram da própria análise dos dados e não foram formuladas *a priori* a fim de não comprometer a indução necessária. Essa medida foi adotada no intuito de buscar consonância com os

pressupostos de abordagem qualitativa deste estudo, na qual as categorias situam-se na interface do empírico com o teórico, objetivando evidenciar possibilidades de análise do fato em questão. Essa mesma maneira de trabalhar pode ser observado em Strey et al. (1998).

A Análise de Conteúdo, como foi feita no presente estudo, será descrita a seguir, ainda com maiores detalhes, visando uma completa explicitação, *pari passu*.

Inicialmente, considerei o documento contendo a primeira transcrição feita por mim, mantendo as incorreções de estilo. Realizei a transcrição literal das entrevistas gravadas (do oral para o escrito), preservando a linguagem, inclusive os vícios de linguagem dos entrevistados. As intervenções da entrevistadora foram suprimidas do relato por uma questão de estilo e por serem dispensáveis para a compreensão do texto. Todavia, como já exposto, a interferência do interlocutor na produção é considerada componente da construção da história relatada. Após ouvi-las várias vezes, procurei chegar à transcrição mais próxima possível do relato oral, ainda que o fato de passar de uma linguagem para outra, com as devidas pontuações, já abarque uma intervenção daquele que transcreve. Após, realizei uma segunda fase de transcrição e uma segunda fase de releitura do documento, quando completei, tanto quanto possível, os ‘brancos’ deixados no lugar de palavras de difícil compreensão. Essa releitura de controle é indispensável para a qualidade da pesquisa.

Numa terceira fase do trabalho, procedi a uma nova leitura, suprimindo interjeições, repetições inúteis, palavras sem segmento e retificação da pontuação. A recomendação da bibliografia especializada, nesse sentido, foi seguida muito mais em relação à pontuação que refletisse o momento da narrativa da forma mais aproximada possível, do que no que se refere à “limpeza” de palavras repetidas ou sem segmento. Tal atitude justifica-se pela opção de manter a fidedignidade da formulação narrativa do entrevistado.

Na quarta fase, efetuei aproximações entre as narrativas anteriores e posteriores de uma mesma situação, por meio de jogos de cores em que foram marcados elementos pertinentes ao assunto. Procedi, então, a um ordenamento cronológico/temático. A este respeito Poirier et al (op.cit.) referem que ao solicitar a narração de uma história de vida, o entrevistador pede, implicitamente, que o narrador ponha em ordem suas recordações, impondo, de algum modo, uma sucessão, uma organização em ordem cronológica. Entretanto, utilizar essa seqüência não implica iniciar a narrativa pelo nascimento do sujeito, percorrendo um *continuum* linear.

A quinta fase de tratamento do material referiu-se a uma nova formatação do texto que ainda permitisse anotações nas margens, a partir de nova releitura, sobre os conteúdos presentes.

A sexta fase foi a elaboração do texto “definitivo”. Nessa fase, há autores que recomendam a inserção de documentos, quando for o caso. Na presente pesquisa, as

histórias dos dois sujeitos foram reconstruídas por eles próprios e a natureza das mesmas não requer anexar documentação que confirme fatos narrados. Essa decisão se sustenta, tendo em vista que a intenção deste estudo é a de conhecer aspectos do impacto que a perda do emprego representou para os sujeitos entrevistados, sua ressignificação dos fatos de sua vida: como eles os vêem agora e, também, como os viam na época em que aconteceram, o que não demanda verificações para validar as respectivas narrativas.

2 ANALISANDO O MATERIAL EMPÍRICO: CATEGORIAS CONSTITUTIVAS DO SUJEITO

2.1 Trabalho e Formação Profissional – RICK

O entrevistado começou a trabalhar aos 7 anos, no interior de um município do Rio Grande do Sul, em atividades de agricultura, período em que já aliava estudo e trabalho. Frequentava aulas numa escola municipal, a 5 km da residência e, após, ia fazer as “**lidas normais de cabo de enxada**”¹. Já era responsável pela sobrevivência própria e da mãe, mantendo a casa com seu trabalho. Diz que o trabalho foi “**uma consequência natural**” por sua condição familiar. Não vê traumas, nesse início precoce, por não ter tido acesso a outros estímulos: brinquedos ou TV. Vê o trabalho como necessidade, “**instinto de sobrevivência**”.

O trabalho realizado pelo entrevistado, nesta etapa da vida - agricultura de subsistência precária - esteve muito mais ligado à obtenção do alimento do que de algum retorno financeiro pela comercialização do excedente produzido. O

¹ As falas dos sujeitos são, sempre, apresentadas em negrito.

rendimento obtido com a venda de leite, por exemplo, permitia-lhe adquirir alimentos que não eram produzidos no local.

O entrevistado refere que não havia diferença entre dias de trabalho e outros. Era necessário produzir permanentemente, plantando e cuidando da manutenção e colheita. O produto desse trabalho era a sobrevivência material, a vida era “**espartana**”, e o conforto resumia-se a uma cama, um armário (não havia banheiro, por exemplo), e “**uma peça de roupa para um passeio, no domingo**”. Também não tinha acesso à assistência médica ou odontológica. Essa situação de trabalho perdurou até os 14 anos.

A saída do meio rural ocorreu em função de mudanças familiares. Inicialmente, passou a trabalhar, sem vínculo empregatício e, meses após, com contrato formal, numa cidade próxima ao meio rural, onde permaneceu por um ano. O local de trabalho e de moradia também eram coincidentes. Trabalhava durante o dia (padaria), estudava à noite e dormia em um quarto no estabelecimento comercial. Atribui ao fato de ter começado a freqüentar outro meio social (urbano) o “**alargamento de horizontes**”, propiciado pela oportunidade de trabalho, pois passou a definir mais claramente o que queria alcançar profissionalmente e para sua “**realização pessoal**”.

O projeto profissional de qualificação universitária delineou-se mais tarde, entre 18 e 20 anos, quando morava na grande Porto Alegre. Antes, não havia a perspectiva clara de prosseguir os estudos. Até então, o retorno financeiro do trabalho só lhe permitia “**ter um dinheirinho para comer**”. Trabalhava toda a

semana em serviços auxiliares (office-boy) e aos sábados, domingos e feriados tinha outras atividades (“bicos”) que lhe permitiam aumentar a renda obtida no emprego.

A partir dos 18 anos, conseguiu direcionar-se para a atividade profissional escolhida, ligada ao desenho técnico, e sempre buscava novas oportunidades de emprego com remunerações cada vez melhores.

Em 1975, iniciou atividades na área técnica, trabalhando com desenho e projetos, tarefa que lhe agradava muito.

A formação universitária ocorreu alguns anos mais tarde, quando seu trabalho proporcionou-lhe condições para custear o curso, o que ocorreu, basicamente, por dois fatores: sua formação escolar precária (deficiências acumuladas que ele cita na preparação para o vestibular) dificultava-lhe muito (se não impedia) o acesso à universidade pública, e porque o horário das aulas na universidade era incompatível com a manutenção do emprego. Mesmo no ensino particular, enfrentou dificuldades para concluir o curso de Engenharia, demorando um tempo bem maior que o previsto, porque, para manter o pagamento, trabalhava uma carga horária que incluía atividades extras no final-de-semana. Além disso, o curso escolhido incluía uma extensa carga horária, com muitos créditos. O sujeito atribui a demora em ingressar na universidade e em concluir o curso ao fato de precisar manter a casa e não poder “**dar um passo além**” de suas condições econômicas. Durante esse período, houve uma interrupção na carreira pelo espaço de cinco ou seis meses, por desemprego involuntário.

Ao conseguir novo emprego, **“que era um emprego péssimo”**, obteve grandes benefícios emocionais: sentiu-se revigorado, melhorou suas condições para estudar e permitiu-lhe colocar o salário em plano secundário. Esse retorno à atividade profissional foi em uma pequena empresa, **“de administração sofrível”**, que faliu. Logo depois, o entrevistado foi admitido na empresa onde permaneceu por 14 anos, a qual foi seu último empregador.

O entrevistado diz que o **“prazer em trabalhar”** era motivado pelo **“prêmio”**: ter o dinheiro necessário para realizar suas aspirações de viver melhor e, principalmente, **“morar bem”**. A partir desse relato, percebe-se que o **“morar bem”** pode estar relacionado à origem do sujeito no interior, onde **“morava mal”**: não tinha nenhum conforto material, vivia com diversas privações ligadas à escassez de recursos financeiros. Também refere que sempre se incomodou por não morar como desejava. Não pretendia **“ostentar”**, mas **“mostrar para as pessoas”** que mora bem e isso significa que **“está bem”**. Assim, através do trabalho foi **“galgando”** o morar mais decente, sem ter vergonha de mostrar onde mora. O valor da moradia, que poderia adquirir trabalhando, confunde-se com o seu próprio valor.

Aliado a isso, o entrevistado considera o trabalho um caminho **“inevitável”** para enfrentar as dificuldades da vida, sem **“ir para a marginalia”**. Mas, o envolvimento com o trabalho impediu-lhe uma vida social mais intensa, pois havia pouco espaço e pouco recurso financeiro para o lazer.

Esse último emprego lhe proporcionou a maior remuneração já percebida, e valia-se da excessiva carga horária para “**dobrar**” o salário. Essa estratégia permitiu-lhe acumular uma reserva financeira e “**sonhar com a casa**” própria. Sabia estar “**marcando passo na carreira**”, mas isso “**não chegava a incomodar**” a ponto de inviabilizar o trabalho.

Todavia, o trabalho desempenhado nessa empresa sempre esteve fora de sua área de formação, e o fato de ser um estudante trabalhador que mantinha a casa inviabilizou uma formação universitária de melhor qualidade. Os estágios, por exemplo, necessários ao curso, não foram realizados, pois o emprego exigia-lhe dedicação, no mínimo, em dois turnos.

Há, também, aqui, um questionamento sobre o curso escolhido: a área de engenharia que ele cursou era uma atividade realizada fora da empresa empregadora, enquanto outras poderiam encontrar algum espaço dentro dela. Por outro lado, o conhecimento básico da engenharia - cálculo e física - era aplicado no trabalho, mas a atividade-fim da engenharia elétrica não tinha possibilidade de ser desenvolvida naquele local.

Durante todo o curso, o sujeito preocupou-se com as incongruências entre a formação e a realidade de trabalho. Entretanto, a decisão de sair da empresa e investir em estágios ou em outro emprego que lhe desse a experiência necessária à formação de melhor qualidade, não ocorreu. Refere ter vivido um “**dilema**” durante muito tempo: programava-se para ficar “**mais um ano**”. Porém, permaneceu na empresa, sem realizar estágios, além do término do curso universitário, o que fez

com que “**deparasse com uma parede**”, porque não tinha mais chance de ser estagiário e nem experiência para galgar um posto acima do que ocupava.

Apesar de graduado, era-lhe impossível ser um engenheiro da empresa: não havia o cargo de engenheiro elétrico no quadro funcional. Assim, “**foi ficando**” na empresa, e o tempo criou “**um abismo**” entre sua formação e o trabalho, de acordo com sua visão. Diz que o curso “**não caducou**”, mas ele ficou parado, e questiona-se sobre fazer uma especialização ou uma nova graduação para se qualificar melhor.

Um dos motivos, talvez, para essa permanência do entrevistado nessa empresa, pode relacionar-se aos fatores da sua estrutura de vida: ele dependia exclusivamente do retorno financeiro de seu trabalho para manter a casa, além de alcançar, cada vez mais, melhores condições materiais - carro mais novo, moradia e poupança para proteger-se de eventuais intercorrências -, e a chance de adquirir casa própria.

O entrevistado afirma que tudo o que tem hoje decorre das condições desse emprego. Além disso, mesmo não sendo na área da engenharia elétrica, era uma atividade criativa e lhe trazia satisfação, segundo sua percepção, permitindo-lhe “**estudar e viver**”. Também lhe possibilitava, eventualmente, pequenas viagens que eram valorizadas. Embora soubesse que enfrentaria dificuldades ao sair da empresa, por estar deslocado da sua área de formação, não podia abrir mão do salário que percebia, à época, por uma bolsa de estágio insuficiente para realizar a manutenção familiar. O estágio seria um caminho para a qualificação e redirecionamento da sua carreira, mas diz que tomou a decisão de não sair, conscientemente.

Essas questões foram objeto de sua preocupação até o término do curso universitário, quando o “dilema” se acirrou: era “**sair e enfrentar**” ou “**continuar ali, porque era um salário razoável**” e um “**emprego com certa estabilidade**”. Considera ter feito uma “**opção prática**” naquele momento: continuar ali e tentar, apesar de ser muito difícil, algum emprego.

Entretanto, passaram-se vários anos e agora é mais difícil, segundo ele, obter um emprego porque não tinha e continua não tendo experiência específica como engenheiro elétrico. Também não tem contato com o conteúdo e a informação profissional nem mesmo a acadêmica, carecendo reciclar-se. Refere que sempre gostou do estudo, ainda que tivesse poucos estímulos no meio rural, de onde se origina. O estudo é visto como forma de ascender social, financeira e profissionalmente. A escolha do curso, à época, passou por uma análise das habilidades pessoais, interesses e possibilidades no mercado de trabalho.

Na última empresa em que atuou, com vínculo empregatício, iniciou como desenhista e percorreu todo o caminho possível na área de projetos. Via a empresa como uma organização com vários problemas de gestão, não sendo “**uma empresa moderna**”. Afirma que sempre se dedica e se empenha, independentemente do local onde esteja trabalhando, por característica pessoal. Todavia, não pretendia “**fazer carreira**”, alcançando cargos de maior relevância na hierarquia daquela organização.

No período em que estava concluindo o curso superior, tentou modificar essa postura e investir mais nas possibilidades de promoção dentro da empresa.

Percebeu-se, então, impedido de concretizar suas novas aspirações porque sua conduta anterior havia “**fechado algumas portas**”. Considera que “**formou uma imagem**” (auto-imagem) de pessoa dedicada, trabalhadora e competente, mas sem ambição. Além disso, refere que a empresa passou por grandes transformações, por um período conturbado, que o teria “**esvaído de**” eventual possibilidade de crescimento profissional.

Destaca que o trabalho, além de não ser “**uma coisa ruim**”, era seu refúgio quando alguma coisa “**no sentido emocional**” estava mal. Quando vivenciava alguma “**desilusão afetiva**” refugiava-se no trabalho para “**não se tocar**”.

Nesses relatos, o trabalho parece ser um campo mais seguro, que o entrevistado domina, enquanto as relações afetivas sempre foram, por sua história de vida, dificultadas: a mãe é pessoa frágil e os dois viveram inicialmente com muita limitação nos contatos sociais. Refere que sua prioridade sempre foi o trabalho, instrumento que lhe permitiria ter uma moradia “**decente**” e realizar alguns sonhos: praticar vôlei livre e outras atividades de lazer. Porém, essas outras atividades só poderão ser realizadas, segundo ele, após estar “**morando bem**” e quando tiver emprego ou atividade empresarial que lhe dê segurança. A própria realização de projetos na esfera afetiva - casar, por exemplo -, também estão na dependência de poder manter “**um conforto mínimo**”, através do trabalho.

O entrevistado vê, no trabalho, aspectos positivos e negativos. Positivos, por proporcionar-lhe praticamente tudo o que tem hoje - formação universitária e bens materiais. Além disso, adquiriu experiências diferenciadas, se comparadas às de

outras pessoas de sua faixa etária, pois **“viveu 80 anos, em alguns aspectos”**: o espírito de luta, a determinação, a capacidade de se adaptar às dificuldades, a tolerância, o que **“lhe dá vantagem”** de não se desesperar. Quanto aos negativos, cita a acomodação, impeditiva de seu autodesenvolvimento, e o não saber “medir” até que ponto deve trabalhar e até que ponto deve cuidar de si e dos que o cercam. Por falta de opção, julga ter perdido a infância e a adolescência, pois não viveu o que seria apropriado nessas etapas do seu desenvolvimento. Limitava-se a trabalhar **“por pura necessidade”**, privando-se do contato social: **“de conhecer gente, lugares, coisas, ceder, fazer coisas de adolescente”**. O relacionamento interpessoal, presente no ambiente de trabalho, não era visto como capaz de suprir tais necessidades. Outro aspecto **“sofrido”** era não ter criado uma carreira. Apesar de, mais tarde, ter tentado reverter o processo, não foi mais possível, pois a falta de posicionamento profissional inicial, contaminou sua imagem na empresa.

Atualmente, atua no setor informal, presta serviços e é remunerado de acordo com as horas trabalhadas. Faz trabalhos iguais aos que fazia para o último empregador, mas pode definir o horário dedicado à produção. A empresa para a qual presta serviços é de propriedade de ex-colegas, que constituíram uma sociedade e assumiram parte das tarefas terceirizadas pela indústria anterior, onde trabalhavam.

Esse trabalho é visto pelo entrevistado como possibilidade de manter a **“saúde psicológica”**, evitar a ociosidade ou ficar em casa e, sobretudo, preservar as reservas financeiras destinadas à aquisição da casa própria, pois precisar utilizá-las

“vai incomodar mais que qualquer coisa”. Vê a atual ocupação como atividade sem futuro pelo tipo de empresa e de empresários envolvidos. Julga que eles vivem pior do que ele por arcarem com todos os encargos e não serem **“vocacionados”** para o negócio. A terceirização aparece como imposição da conjuntura externa. Para ele, é só **“uma passagem”**, caminho, mas ressalta o perigo de que essa passagem se perpetue, semelhante ao que ocorreu na outra empresa.

2.2 Desemprego e Perspectivas - RICK

Sob esses aspectos, o entrevistado refere três experiências de desemprego. A primeira ocorreu durante a formação universitária, com duração de, aproximadamente, 6 meses. Diz que possuía reservas financeiras por sempre **“trabalhar com a hipótese de uma coisa ruim aparecer”**. Não chegou a **“passar necessidade”**, mas o **“estado emocional decaiu”**. Abalou-se com a situação de desemprego e estava **“desesperado por uma atividade”** mais do que por um rendimento. A incerteza quanto ao futuro e a interrupção de uma caminhada rumo à consecução de seus objetivos (faculdade e casa própria) comprometeram sua capacidade de produzir, na Faculdade, durante aquele semestre. Avaliou suas possibilidades econômicas e decidiu matricular-se em maior número de disciplinas do que o habitual para aproveitar o tempo disponível. Entretanto, não conseguiu

concentrar-se, considerando ter “**fraquejado**”. Via-se “**quase que implorando**” por uma atividade, mesmo não-remunerada.

O estudo, em si, não é visto como uma atividade de trabalho. O sujeito, vinculado ao trabalho desde a infância, não consegue tolerar essa privação. O trabalho sempre esteve presente, “**confundindo-se**” com a própria existência do trabalhador. Refere que já “**estava acostumado há muitos anos**” e não conseguiu lidar com o que denomina “**hiato**” no seu percurso. Vê o desemprego como uma “**experiência traumática**”, em que estava desesperado, “**quase que pagando**” para trabalhar. Associa essa reação ao fato de estar iniciando a Faculdade, projeto pelo qual lutara por muito tempo. Encontrava-se, também, em rota ascendente dentro da empresa, com melhor remuneração e com oportunidades de viajar a serviço, conhecer lugares pelo interior do Estado e ampliar horizontes. Valorizava muito esse aspecto, porque era pessoa que só “**conhecia em volta de casa**”. Via-se despertando para uma “**vida um pouquinho mais agradável**”, assumira novas responsabilidades e o trabalho era promissor.

Por ser “**aparentemente um bom funcionário**” foi um dos últimos a sair, mas era penoso ver a empresa se desarticular, mantendo apenas um pequeno núcleo administrativo para futura retomada. Foram meses de incerteza, antes do desligamento, que o “**desgastou muito**” até o desfecho.

A situação particular da empresa em questão estava circunscrita a outra, maior, relacionada a uma crise no sistema financeiro do Estado. A economia estava estagnada e a falta de perspectivas de recolocação era evidente. O mercado de

trabalho, muito restrito, ocasionava desgaste pela participação em processos seletivos, percebidos pouco sérios, cujo objetivo era o de pesquisar salários. Assim, o entrevistado refere seu sofrimento, não por enfrentar privações para a sobrevivência, mas por interromper o caminho traçado para si, que vinha se concretizando.

O entrevistado também associa o **“colapso”**, em que a empresa entrou, consigo mesmo: **“teve toda uma crise financeira, o troço e eu ruí”**. O fato de o **“Estado todo parar”** numa situação estrutural, por volta de 1985, não diminuiu o sofrimento considerado questão pessoal de crise e ruína. O sujeito cita o período conturbado da economia nacional, com inflação e sucessivos planos econômicos ocasionando grande incerteza. Entretanto, essas informações constituem mais um **“pano de fundo”** para a experiência pessoal de incerteza e angústia. O foco do sofrimento é a insegurança quanto ao próprio destino. Mas isso não ocorre, pelo menos inicialmente, em relação à manutenção material. O sofrimento refere-se ao sonho, às aspirações sendo concretizadas numa **“caminhada mais sólida”**, saindo do **“sufoco”**, **“tropeçando ou sendo derrubado”**, pois o entrevistado não deixa claro, aqui, a responsabilização pelos fatos. Apesar de toda a conjuntura descrita, parece haver uma tendência a ver em si próprio a participação no desemprego involuntário.

A segunda experiência de desemprego ocorreu em empresa de pequeno porte, onde trabalhou alguns meses. Tratava-se de emprego sem perspectivas, em uma **“empresinha de fundo de quintal”** que produzia modulados, mas que havia

lhe propiciado retomar o equilíbrio com a retomada da rotina de trabalho. A empresa faliu, mas em duas semanas ele já estava novamente empregado. Chegou a pensar: “**de novo um tropeço**”, mas a retomada foi rápida, sem muito esforço, fundamental para diminuir o impacto do desemprego. Outro fato citado para justificar o modo diferente de sentir o desemprego é que não era uma experiência inédita. Não havia o “fator desconhecimento”, o que interferiu na resposta do entrevistado.

A terceira experiência é o desemprego atual, que considera “**uma questão meio- consciente**”, pois saiu da empresa por não aceitar transferir-se para o interior do Estado. Refere que “**era cíclico**”, na empresa, um movimento de interiorização, centralizando as atividades junto ao parque fabril. A diferença, naquele momento, era a “**radicalização**” da proposta de mudança. Aqui, pode-se questionar esse “meio-consciente”, pois não era uma imposição nova. Das outras vezes não houve “radicalização”, e as pessoas puderam rejeitar a proposta e permanecer trabalhando. Não levou à demissão. Relata que, oito anos antes de sair definitivamente da empresa, havia sido desligado nas mesmas circunstâncias, mas ficou trabalhando como prestador de serviços e, após, fez novo contrato. Justifica esses fatos pelas “**idas e vindas**” no modo como a empresa era gerida, o que o preocupava, gerando instabilidade. Considera, porém, que o histórico pessoal de persistência e as dificuldades enfrentadas davam-lhe melhores condições de lidar com o problema, levando vantagem em relação aos demais trabalhadores.

A empresa era de origem familiar e, na avaliação do sujeito, não tinha uma linha que direcionasse as ações, pois as decisões descoordenadas e as políticas modificadas, repentinamente, não o “animava”. Durante o tempo em que esteve lá, a transferência da empresa era “só um comentário” que não merecia maior atenção.

Ao relatar sua história de desemprego, o sujeito revela sentimentos ambivalente. Considera que sair da empresa foi uma “opção”, ainda que os dados acima possam sugerir que não acreditava realmente na “**radicalização**” da proposta de transferência e enumera vários motivos que embasam sua negativa: econômicos, por ter que manter duas casas (a mãe não poderia ser desacomodada); afetivos, por deixar a mãe descrita como pessoa frágil, e os pessoais, pela falta de perspectivas na nova cidade. A dita “opção” foi mais uma impossibilidade de atender a proposta e, talvez, uma “aposta” em mais uma mudança de rumo da empresa, retrocedendo na decisão. Por outro lado, afirma que “**pela empresa ele teria ido**”, não lhe ofereceram condições materiais ou vantagens que amenizassem as perdas que iria sofrer. A postura da empresa parece ter sido mais de “poderia ir se quisesse” do que de “fazer questão que fosse”. Assim, a responsabilidade pelo desemprego, assumida pelo sujeito, é ilusória. Trata-se de uma percepção parcial e distorcida, na qual a empresa “não realizou a demissão”, mesmo que só lhe tenha deixado a opção de manter o emprego à custa de várias perdas.

O entrevistado vê sua saída da empresa como derradeira tentativa de migrar para sua área de formação. Porém não se percebe esforço sequer investimento para sua concretização. Além disso, refere o sentimento de satisfação por poder

descansar. Nos últimos 2 ou 3 anos trabalhava 15 horas por dia ou mais. Sentia-se no limiar de suas resistências (física e mental). Era um cansaço pela atividade mental intensa, pela atenção, responsabilidade e carga horária extensa que incluía fins-de-semana. Considera que “**corria o risco de extrapolar**” por que “**não era uma coisa torturante**” e podia aumentar o retorno financeiro. Cita, aqui, a ambição de forma velada.

Nos primeiros 3 meses, que coincidiram com o verão, não procurou emprego, tendo decidido “**tirar umas férias**”. Descansou e praticou esportes, colhendo benefícios para o estado físico e mental, apesar de serem “**férias não-remuneradas**”. Durante os primeiros 6 meses de desemprego não estabeleceu metas para recolocar-se no mercado de trabalho, embora soubesse que precisava fazer algo. Foi um período de reflexão, de “**cuidar da alma**” e sentiu-se calmo e aliviado.

Para o entrevistado, o aspecto penoso do desemprego é a interrupção ou a impossibilidade de concretizar seus sonhos e a preocupação em não comprometer a reserva financeira destinada à aquisição da casa própria. Isso o incomoda “mais que qualquer outra coisa.

Decorridos alguns meses, o sujeito passou a fazer contatos buscando novas possibilidades de trabalho, e aceitou o convite de um grupo de ex-colegas de empresa para lhes prestar serviços. Essa ocupação serve para manter-se, ainda que a remuneração seja pequena. É uma situação cômoda. Pensa em permanecer por um tempo definido, retornar aos estudos para se qualificar melhor ou assumir uma

função pública mediante concursos que tem realizado. Não considera essas duas atividades excludentes, ainda que os concursos sejam para áreas diferentes de sua área de formação.

O entrevistado acha que pode ser tarde, mas quer tentar “**romper o vínculo**” atual, através do qual leva uma “**vida estagnada**”, “**tocando o barquinho**” que não leva a lugar algum. Diz estar começando a rever sua situação para recomeçar, mesmo que seja difícil por uma série de fatores: idade, qualificação, capacitação, características pessoais. Acha-se em condições de tentar e arcar com um “**eventual fracasso**”. Mas esse discurso é intelectual e não se verifica uma ação efetiva para novo direcionamento na vida profissional, além de preparar-se para concursos, o que pode encontrar explicação no fato de implicar em arriscar as “reservas” que lhe trazem segurança quanto à compra da casa sonhada.

Considera não estar ainda “**profundamente**” incomodado com o fato de estar há mais de um ano na atual ocupação. Aliado a isto, vê como uma “**deficiência**” sua o fato de não correr riscos (de fracassar e de ter sucesso). Afirma que precisa começar “**de baixo**”, o que “**para um sujeito de 40 anos é estar fora de competição**”. É um obstáculo “**bastante grande**” a vencer que encara “**com maturidade**”. Esta “maturidade” aparece, na prática, como acomodação e falta de ação.